

Consolidação de Contas



Matosinhos
Câmara Municipal



Índice

- 1 Relatório de Gestão Consolidado
- 2 Balanço Consolidado
- 3 Demonstração de Resultados Consolidada
- 4 Fluxos de Caixa Consolidados
- 5 Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas
- 6 Certificação Legal das Contas

Consolidação
de
Contas

112

1

Relatório de Gestão Consolidado

Consolidação
de
Contas

112

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se assistido, em Portugal, a uma alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das atribuições e competências dos municípios, que, numa lógica de grupo municipal, têm vindo a recorrer a formas organizacionais diversas, nomeadamente de natureza empresarial. O município de Matosinhos não foi exceção e constituiu duas empresas Municipais: em 1999, a MatosinhosHabit – Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EEM, que, sob a tutela da Câmara Municipal Matosinhos, teria como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município; e, no ano 2002, a Matosinhos Sport – Empresa Municipal de Desporto, EEM, que visaria assegurar o planeamento, a administração, a gestão e a manutenção de espaços e equipamentos desportivos da autarquia, bem como de promover e realizar atividades e eventos de animação desportiva.

Neste contexto, facilmente se compreende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

A Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro) veio determinar a obrigatoriedade da consolidação de contas para os municípios que detenham serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local. De facto, o n.º 1 daquele artigo estabelece que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas previstos na lei, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos.”

No entanto, apesar de o n.º 2 do artigo 46.º remeter para o POCAL relativamente aos procedimentos contabilísticos para a consolidação dos balanços dos municípios e das empresas municipais ou intermunicipais, o certo é que, até ao momento, este diploma não abrange esta temática.

Em 15 de junho de 2010, foi publicada a Portaria n.º 474/2010, através da qual foi aprovada a Orientação n.º 1/2010, intitulada de “Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo” e cujo âmbito inclui os municípios.

No entanto, apenas no início de maio de 2011, foram publicadas pelo grupo SATAPOCAL um conjunto de instruções que permitiriam a aplicação deste regime pelos municípios de forma coerente, harmoniosa e comparável atendendo às lacunas que persistiam da articulação dos vários regimes: Lei das Finanças Locais, Portaria e Orientação n.º 1/2010.

De acordo com as disposições transitórias para o exercício 2010 constantes no conjunto de instruções publicadas pelo grupo SATAPOCAL, o exercício de 2010 foi considerado como o “ano zero” da consolidação de contas no subsector das autarquias locais, sendo que, no ano em curso, é já possível ter uma base de comparação relativamente à informação financeira consolidada.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 46.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, os municípios que detenham serviços municipalizados e/ou a totalidade do capital de entidades dos sector empresarial local, devem proceder à elaboração de contas consolidadas. Neste sentido, o Grupo Público Municipal engloba o município de Matosinhos e as duas empresas municipais acima mencionadas: MatosinhosHabit - MH, EEM e Matosinhos Sport - MS, EEM.

A Matosinhos Sport – Empresa Municipal de Desporto, foi constituída com o objetivo de proporcionar um serviço de qualidade na gestão e manutenção dos equipamentos desportivos e, através dos Programas Municipais de Fomento Desportivo, incentivar a prática desportiva da generalidade dos cidadãos. Partindo deste pressuposto e procurando incrementar, melhorar e diversificar continuamente a oferta desportiva, a Matosinhos Sport - MS, hoje denominada EEM – Entidade Empresarial Municipal, apoia, de forma criteriosa, o fomento desportivo e colabora ativamente com a Câmara Municipal de Matosinhos no campo do Associativismo Desportivo.

A MatosinhosHabit – MH, EEM, tem como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do município, a promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade, sendo responsável pela gestão de parque habitacional propriedade da Câmara Municipal de Matosinhos num total de 4284 fogos distribuídos por todas as Freguesias do Concelho.

Ad contrarium, e uma vez que o artigo 46.º da Lei n.º 2/2007 apenas se refere às condições em que é obrigatória a consolidação de contas, entende-se que o espírito da lei seria de não incluir entidades em que a participação no capital fosse inferior a 100%. Neste sentido, não incluem o perímetro de consolidação as seguintes entidades:

1. LEIXÕES SPORT CLUB - FUTEBOL, SAD
2. METRO DO PORTO, S.A.
3. PRIMUS - PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, EMT, S.A.
4. EDP GÁS - DISTRIBUIÇÕES, S. A.
5. ÁGUAS DO DOURO E PAIVA, S. A.

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas do município de Matosinhos foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. Enquadramento macroeconómico

A crise financeira e económica internacional afetou também, como é público, a economia portuguesa. Sobretudo a partir de 2009, mas já com significado em 2008, a atividade económica em Portugal foi fortemente condicionada pela propagação dos efeitos da crise, que se fez sentir, igualmente, nos principais parceiros comerciais do nosso país.

Inevitavelmente, a quebra das receitas do Estado e, em geral, o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a par das medidas, concertadas entre os vários Estados-membros da União Europeia, de estímulo à economia e de apoio às empresas, aos desempregados e às famílias, tiveram consequências negativas sobre as contas públicas de todos os países. Portugal não foi exceção, pelo que o processo de consolidação orçamental foi interrompido em 2008, em grande parte devido a uma significativa diminuição das receitas fiscais.

A economia portuguesa está desde 2011 sob influência do programa de ajustamento económico e financeiro acordado entre o governo português e o FMI, a Comissão Europeia e o BCE. Este programa incorpora uma estratégia que visa corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e financeiros e proceder a uma alteração estrutural da economia portuguesa, criando as condições para um crescimento económico sustentado e gerador de emprego. O súbito e substancial agravamento das condições de financiamento da economia portuguesa em 2011, conjugada com altos níveis de endividamento, impôs substituir financiamento privado por financiamento oficial. A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma forte contração da procura interna tanto do lado do consumo (quer público, quer privado), como, e especialmente, do lado do investimento. Este efeito de compressão da procura interna resultou num ajustamento mais rápido que o previsto dos saldos negativos da balança corrente, quer por via da redução das importações quer pelo aumento das exportações, em parte associado ao esforço das empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos. De facto, o abrandamento económico dos principais parceiros comerciais localizados na União Europeia (peso de 71% do total das exportações portuguesas) tem, por um lado, condicionado a nossa capacidade exportadora para esses destinos, redirecionando, por outro, as exportações portuguesas para outros mercados, extracomunitários.

Os últimos anos ficaram, assim, marcados por uma conjuntura económica negativa. Do ponto de vista de contexto, relevam também as medidas de consolidação das finanças pública com a adoção de novas medidas restritivas traduzidas, desde logo, numa redução significativa nas transferências para as autarquias locais, afetando também o município de Matosinhos.

Apesar deste contexto desfavorável, os resultados apresentados são globalmente positivos, evidenciando que o município do Matosinhos procurou manter o equilíbrio financeiro, nomeadamente através do recurso a fundos comunitários, conseguindo, dessa forma, garantir o nível de investimentos dos últimos anos.

4.2 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício 2012, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Quadro n.º 1
Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

(Un: Euros)

Descrição	2012	
	Valor	Peso %
ATIVO		
IMOBILIZADO	637.465.925,07	92,5
<i>Bens de Domínio Público</i>	100.953.417,74	14,6
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	466.509,93	0,1
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	534.726.844,41	77,6
<i>Investimentos Financeiros</i>	1.319.152,99	0,2
CIRCULANTE	51.913.958,47	7,5
<i>Existências</i>	294.877,56	0,0
<i>Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos</i>	71.262,98	0,0
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	39.333.595,22	5,7
<i>Títulos Negociáveis</i>	0,00	0,0
<i>Disponibilidades</i>	9.687.421,11	1,4
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	2.526.801,60	0,4
TOTAL DO ATIVO	689.379.883,54	100,0
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS	459.727.129,05	66,7
<i>Património</i>	428.955.171,88	62,2
<i>Ajustamento partes Capital</i>	0,00	0,0
<i>Reservas</i>	18.451.177,92	2,7
<i>Resultados Transitados</i>	25.961.396,92	3,8
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	-13.640.617,67	-2,0
PASSIVO	229.652.754,49	33,3
<i>Provisões para riscos e encargos</i>	13.395.042,96	1,9
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	41.888.086,92	6,1
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	20.748.868,81	3,0
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	153.620.755,80	22,3
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	689.379.883,54	100,0

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do município de Matosinhos permite verificar o forte peso do enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 99% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Através da análise da estrutura do **Ativo**, podemos constatar que peso relativo do Ativo Fixo é de 92,47%, muito semelhante aliás ao peso em termos das contas individuais das contas do município de Matosinhos. Em termos de grupo, o município assume aqui uma posição dominante, responsável em 99,44% por este agregado. Em termos de Ativo Circulante, que

na estrutura do ativo consolidado tem um peso de apenas 7,53%, a posição do município apresenta um peso ligeiramente menor (96,55%)

No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, e tendo em consideração que a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2013 (amortizações de capital) se encontra relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a Curto Prazo e que representa 4,89 milhões de euros, poderemos afirmar que a dívida de maior expressão é, sem qualquer margem para dúvida, a de médio/longo prazo, apesar de toda ela ter assistido a um forte decréscimo entre 2011 e 2012. De fato, a utilização menos intensa dos empréstimos de longo prazo previamente contratados, face ao que havia ocorrido em 2011, a amortização de 1 milhão de euros do empréstimo contratado com o IFDR, ocorrida em dezembro de 2011 na sequência da reformulação da candidatura dos Espaços Classificados do Concelho de Matosinhos, a aproximação do fim de vigência dos Acordos de Regularização de Dívida celebrados com alguns fornecedores, associado ao esforço bem sucedido de redução da dívida de curto prazo mediante o seu pagamento, foram determinantes para este resultado. Já na estrutura dos **Fundos Próprios** consolidados, que representam, no final do exercício, 459.727.129,05 euros, o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do grupo municipal que tem um peso de 93% neste agregado. Também, dentro deste agregado, verifica-se um contributo negativo dos Resultados Líquidos do Exercício, que se deve, quase exclusivamente, à semelhança aliás do que acontece nas contas do município de Matosinhos, à constituição de provisões para riscos e encargos, no montante de 13.395.042,96 euros, decorrente da existências de processos judiciais em tramitação suscetíveis de originar dívida. Caso não se tivesse verificado a constituição da mesma, os Resultados Líquidos do Exercício do Grupo Municipal teriam sido de -245.574,71€.

4.3 Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do grupo municipal em gerar fluxos de caixa.

Analisando a estrutura dos **Custos e Perdas** do grupo municipal, podemos desde logo constatar que são os Fornecimentos e Serviços Externos, os Custos com Pessoal e as Amortizações do Exercício os que mais contribuem para o seu total. Embora o peso dos custos com pessoal tenha superado o dos Fornecimentos e Serviços Externos, a diferença entre ambos é de apenas de 4 p.p..

Do lado dos **Proveitos** há que salientar o peso que os Impostos e Taxas assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis, por si só, por mais de metade dos proveitos do Grupo Municipal.

De mencionar apenas o acréscimo verificado quer nos custos quer nos proveitos do grupo municipal, face ao ano transato, explicados sobretudo, pelo aumento da receita cobrada a título de IMI e derrama (Impostos Diretos) e, por outro lado, pela constituição das provisões para riscos e encargos acima mencionada que, por si só, mais que anulou a redução acentuada quer dos fornecimentos e serviços externos (cerca de 4,1 milhões de euros), quer dos custos com pessoal (cerca de 1,9 milhões de euros), quer das transferências e subsídios correntes concedidos (cerca de 1,9 milhões de euros). Se a mesma não tivesse ocorrido, ter-se-ia assistido a uma melhoria dos Resultados Operacionais em cerca de 11,5 milhões de euros.

Quadro n.º 2
Síntese da Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2012	
	Valor	Peso %
CUSTOS E PERDAS		
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	741.788,68	0,6
Fornecimentos e Serviços Externos	27.460.988,45	24,0
Custos com o Pessoal	32.117.929,21	28,1
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	4.653.096,74	4,1
Amortizações do Exercício	25.309.981,26	22,2
Provisões do Exercício	15.788.178,11	13,8
Outros Custos Operacionais	180.922,78	0,2
(A) Custos e Perdas Operacionais	106.252.885,23	93,0
Custos e Perdas Financeiros	1.673.242,73	1,5
(C) Custos e Perdas Correntes	107.926.127,96	94,5
Custos e Perdas Extraordinários	6.265.319,24	5,5
Total dos Custos e Perdas	114.191.447,20	100,0
PROVEITOS E GANHOS		
Vendas e Prestações de Serviços	9.697.170,18	9,6
Impostos e Taxas	54.054.952,64	53,8
Variação da Produção	0,00	0,0
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	35.988,28	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	25.603.729,76	25,5
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	2.000.000,00	2,0
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	91.391.840,86	90,9
Proveitos e Ganhos Financeiros	603.755,52	0,6
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	91.995.596,38	91,5
Proveitos e Ganhos Extraordinários	8.555.233,15	8,5
Total dos Proveitos e Ganhos	100.550.829,53	100,0
Resultados Operacionais: (B) - (A)	-14.861.044,37	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-1.069.487,21	
Resultados Correntes: (D) - (C)	-15.930.531,58	
Resultados Extraordinários:	2.289.913,91	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	-13.640.617,67	

4.4 Dívida do Grupo Municipal

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar da receita efetiva ter sido de cerca de 114 milhões de euros, o recurso ao financiamento bancário revelou-se uma importante estratégia para fazer face às crescentes despesas de investimento do grupo municipal.

Quadro n.º 3
Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2009	2010	2011	2012
1- Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no início do período	47.538.789,53	44.729.072,68	42.047.221,74	46.834.400,59
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	1.454.139,60	2.992.748,38	9.456.255,80	4.313.825,40
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	4.263.856,46	5.674.599,32	4.669.076,95	5.643.885,97
5 - Retificação de anos anteriores	150,94	74.778,75	0,00	0,00
Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no final do período (1+2+3-4)	44.729.072,67	42.047.221,74	46.834.400,59	45.504.340,02
Taxa de Crescimento da Dívida	-5,9%	-6,0%	11,4%	-2,8%

O quadro anterior espelha a evolução da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo municipal, e que se confina apenas ao município, nos últimos quatro anos, verificando-se uma tendência descendente até 2010, uma vez que a dívida passou, de 49.606.021,40 euros, em 2007, para 42.047.221,74 euros em 2010. Esta tendência inverteu-se em 2011, fruto da utilização quer dos empréstimos relacionados com o PROHABITA, quer sobretudo pela utilização do empréstimo contratado em 2009 para financiamento de diversos empreendimentos, a maior parte dos quais cofinanciados por fundos comunitários, mas retomou em 2012.

4.5 Indicadores de Gestão

4.5.1 Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 14,8% do ativo total do município de Matosinhos e cerca de 14,6% do ativo total do Grupo Municipal) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 4 relativamente ao grupo municipal, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro n.º 4

Indicadores	2012
Estrutura do Ativo	
Ativo fixo / Ativo Total	92,5%
Ativo Circulante / Ativo Total	7,5%
Ativo Fixo / Ativo Circulante	1227,9%
Estrutura do Passivo	
Passivo longo prazo / Passivo Total	18,2%
Passivo curto prazo / Passivo Total	9,0%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	201,9%
Análise do Ativo Fixo	
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	1521,8%
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	28,6%
Análise do Passivo Exigível	
- Coeficiente de endividamento a curto prazo Dívida de curto prazo / Património Líquido	4,5%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	9,1%
Índices de Liquidez	
Disponibilidades / Exigível a curto prazo Ativo circulante / Exigível a curto prazo	46,7% 250,2%
Índice de Solvência	
Dívidas a terceiros / Ativo total	9,1%

Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, podemos ver que o peso do ativo circulante no total do ativo continua muito ténue, ao contrário do que se passa com o ativo fixo. De facto, o peso do ativo fixo sobre o circulante é enorme (1.227,9%).

No que se refere à estrutura do passivo, o passivo de curto prazo assume, no passivo total do grupo municipal, cerca de metade do peso do passivo de médio e longo prazo, seguindo uma tendência descendente à semelhança do que já ocorrera em 2011. Se a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2013 (amortizações de capital) não se encontrasse relevada na rubrica de Dívidas de Terceiros a Curto Prazo, o passivo de curto prazo seria inferior em 4,9 milhões de euros, atingindo o montante de 15.854.689,03 euros.

Isto mesmo pode ser constatado também nos rácios referentes à análise do passivo exigível: o coeficiente de endividamento de curto prazo é inferior ao coeficiente de endividamento de médio e longo prazo em 4,6 p.p..

O Ativo Fixo constitui basicamente o investimento direto do Grupo Municipal, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. A relação do ativo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, permite-nos aferir da percentagem do imobilizado avaliado que está a

ser financiado por endividamento a médio e longo prazo, traduzindo, igualmente, a garantia, em bens, aos seus financiadores. Analisado o rácio encontrado, verifica-se que o ativo fixo supera o endividamento de médio e longo prazo em cerca de 15 vezes. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 14,6% do imobilizado avaliado do grupo municipal são bens de domínio público. Portanto este indicador de solvabilidade deverá ser encarado como meramente indicativo.

A relação entre as Amortizações Acumuladas e o Imobilizado Bruto aponta o coeficiente de envelhecimento do imobilizado; se o aumento das amortizações acumuladas for superior ao aumento do imobilizado bruto a tendência será para o seu envelhecimento. Em 2012, este indicador assumiu, para o grupo municipal, o valor de 28,6%, ligeiramente superior ao verificado em 2011 (26,1%).

Passando agora à análise dos índices de liquidez, e particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2012, as disponibilidades, em termos de grupo municipal, eram pouco menos de metade do passivo de curto prazo.

Da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva do grupo: de facto, o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total é de apenas 9,1%. Assitiu-se a uma melhoria considerável face ao ano 2011 (em que este índice apresentava um valor de 11,7%), ano em que este índice já tinha apresentado um desempenho melhor que no ano 2010 (ano em que o índice tinha o valor de 12,7%).

Finalmente, haverá ainda que fazer referência aos Índices de Solvabilidade que traduzem a capacidade do Grupo Municipal, como um todo, solver as suas obrigações numa perspetiva de médio/longo prazo, isto é, trata-se de uma questão de liquidez na ótica da capacidade de continuar a gerar recursos financeiros suficientes para liquidar as dívidas nos prazos devidos. Em suma, medem a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma entidade e, portanto, um valor baixo destes indicadores é sinónimo de fragilidade económico-financeira, podendo representar a inviabilidade da mesma a médio/longo prazo. Poderão ser vistos sob três óticas:

Solvabilidade I Fundo Patrimonial / Passivo	200,2%
Solvabilidade II Ativo Líquido / Passivo	300,2%
Solvabilidade Adaptado Ativo Líquido s/ BDPub / Passivo	256,2%

Solvabilidade I – relaciona os Fundos Próprios com o Passivo;

Solvabilidade II – relaciona o Ativo Líquido com o Passivo (indica a solvabilidade em sentido estrito e deve ser superior a 100%, caso contrário evidencia uma situação líquida negativa);

Solvabilidade Adaptado - relaciona o Ativo Líquido expurgado dos bens de domínio público com o Passivo.

5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2012, aparece refletido no Quadro n.º 5, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 120.447.442,56 euros – 114.300.254,29 euros provenientes de receitas orçamentais e 6.147.188,27 euros resultantes de Operações de Tesouraria.

Desta forma, sendo a Despesa Global, em termos orçamentais (111.628.532,79 euros), inferior em 2.671.721,50 euros à receita efetivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 3.210.936,14 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 5.882.657,64 euros. A este saldo acrescem 3.804.763,47 euros como saldo de operações de tesouraria.

Quadro n.º 5
Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	7.295.097,51	Despesas Orçamentais	111.628.532,79
Execução Orçamental	3.210.936,14	Correntes	74.678.171,18
Operações de Tesouraria	4.084.161,37	Capital	36.950.361,61
Receitas Orçamentais	114.300.254,29	Operações de Tesouraria	6.426.586,17
Correntes	88.883.190,38	Saldo para a Gerência Seguinte	9.687.421,11
Capital	25.138.354,76	Execução Orçamental	5.882.657,64
Outras	278.709,15	Operações de Tesouraria	3.804.763,47
Operações de Tesouraria	6.147.188,27		
Total	127.742.540,07	Total	127.742.540,07

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2012, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 6.147.188,27 euros, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 6.426.586,17 euros.

Talvez seja útil referir que são consideradas Operações de Tesouraria as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros. São operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

2

Balanço Consolidado

Consolidação
de
Contas

112

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO 2012

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	2012			2011
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	5.279.679,19	0,00	5.279.679,19	4.130.490,63
452	Edifícios	2.897.436,20	143.698,96	2.753.737,24	2.788.704,63
453	Outras construções e infra-estruturas	229.069.750,70	155.138.158,60	73.931.592,10	83.975.349,81
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	2.158.019,72	126.641,63	2.031.378,09	2.056.732,99
459	Outros bens de domínio público	1.431.982,03	339.353,61	1.092.628,42	1.127.541,04
445	Imobilizações em curso	15.864.402,70	0,00	15.864.402,70	15.731.827,73
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		256.701.270,54	155.747.852,80	100.953.417,74	109.810.646,83
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	17.657,45	17.657,45	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.452.166,61	1.441.814,11	10.352,50	264.447,63
433	Propriedade industrial e outros direitos	161.716,61	55.823,89	105.892,72	124.342,88
443	Imobilizações em curso	350.264,71	0,00	350.264,71	350.264,71
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.981.805,38	1.515.295,45	466.509,93	739.055,22
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	132.087.635,09	0,00	132.087.635,09	129.179.807,85
422	Edifícios e outras construções	399.806.158,15	70.541.588,64	329.264.569,51	325.265.619,12
423	Equipamento básico	12.300.667,06	10.091.441,16	2.209.225,90	2.688.906,68
424	Equipamento de transporte	4.555.050,49	4.303.725,77	251.324,72	345.818,45
425	Ferramentas e utensílios	1.557.379,85	1.548.377,08	9.002,77	12.252,15
426	Equipamento administrativo	7.973.452,10	7.234.514,94	738.937,16	527.555,75
427	Taras e vasilhame	569,24	551,42	17,82	35,64
429	Outras imobilizações corpóreas	10.175.499,99	4.866.394,75	5.309.105,24	5.842.810,76
442	Imobilizações em curso	64.786.652,56	0,00	64.786.652,56	72.157.710,44
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	70.373,64	0,00	70.373,64	70.373,64
		633.313.438,17	98.586.593,76	534.726.844,41	536.090.890,48
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1.919.152,99	600.000,00	1.319.152,99	1.319.152,99
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		1.919.152,99	600.000,00	1.319.152,99	1.319.152,99
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	294.877,56	0,00	294.877,56	381.827,11
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	12.300,25
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		294.877,56	0,00	294.877,56	394.127,36
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos	71.262,98	0,00	71.262,98	70.799,74
		71.262,98	0,00	71.262,98	70.799,74
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
281	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	454.183,46	0,00	454.183,46	778.736,67
212	Contribuintes c/c	1.081.808,86	500.668,79	581.140,07	331.274,12
213	Utentes c/c	453.292,99	0,00	453.292,99	127.923,39
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	21.503.447,06	21.137.814,60	365.632,46	568.631,13
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	71.587,61	0,00	71.587,61	304.832,91
24	Estado e outros entes públicos	89.805,45	0,00	89.805,45	354.439,61
264	Administração autárquica	299.573,85	0,00	299.573,85	488.381,90
262+263+267+268	Outros devedores	37.018.379,33	0,00	37.018.379,33	39.765.195,69
		60.972.078,61	21.638.483,39	39.333.595,22	42.719.415,42
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depositos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depositos em instituições financeiras	9.560.914,69	0,00	9.560.914,69	7.269.246,35
11	Caixa	126.506,42	0,00	126.506,42	25.851,16
		9.687.421,11	0,00	9.687.421,11	7.295.097,51
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	2.491.373,87	0,00	2.491.373,87	3.296.317,48
272	Custos diferidos	35.427,73	0,00	35.427,73	226.810,69
		2.526.801,60	0,00	2.526.801,60	3.523.128,17
	Total de amortizações		255.849.742,01		
	Total de provisões.....		22.238.483,39		
	Total do activo	967.468.108,94	278.088.225,40	689.379.883,54	701.962.313,72

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO 2012

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2012	2011
	Fundos próprios:		
51	Património	428.955.171,88	429.128.477,09
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas:	0,00	0,00
571	Reservas legais	2.352.232,01	2.352.232,01
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	8.414.473,09	6.844.413,72
576	Doações	7.684.472,82	6.582.808,40
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00
	Outras Variações no Capital Próprio	0,00	0,00
59	Resultados transitados	25.961.396,92	36.322.303,58
88	Resultado líquido em exercício	-13.640.617,67	-8.683.718,46
		459.727.129,05	472.546.516,34
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	13.395.042,96	0,00
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	41.888.086,92	43.318.932,90
2212+2214	Fornecedores c/c	0,00	2.735.863,46
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	0,00	526.744,81
		55.283.129,88	46.581.541,17
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	4.894.179,78	4.985.633,93
2311	Empréstimos de curto prazo	51.418,41	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
2211+2212+2214+2215	Fornecedores c/c	7.163.938,69	10.802.630,08
2213	Fornecedores - Cauções e Garantias	2.724,60	2.724,60
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	795.193,65	2.327.701,93
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611+2614+2615	Fornecedores de imobilizado c/c	2.905.218,66	10.347.301,57
2612	Fornecedores Imobilizado c/ cauções e garantias	2.327.871,90	1.986.387,63
2613	Fornec. Imobiliz. - Fact. Recepção Conferencia	288.747,65	801.125,31
24	Estado e outros entes públicos	445.984,53	472.164,46
264	Administração autárquica	692.931,74	1.240.424,24
262+263+265+267+268	Outros credores	681.057,91	1.803.936,56
217	Cientes e Utentes com Cauções	499.601,29	1.068.332,57
		20.748.868,81	35.838.362,88
	Acréscimos e Diferimentos:		
273	Acréscimos de Custos	5.977.853,12	5.115.484,23
274	Proveitos diferidos	147.642.902,68	141.880.409,10
		153.620.755,80	146.995.893,33
	Total do passivo	229.652.754,49	229.415.797,38
	Total dos fundos próprios e do passivo	689.379.883,54	701.962.313,72

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de _____ de ____

3

Demonstração de Resultados Consolidada

Consolidação
de
Contas

112

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

ENTIDADE GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2012

CÓDIGO DAS CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2012	2011
61	Custos e perdas		
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	12.300,25	14.266,69
	Matérias	729.488,43	879.569,00
62	Fornecimentos e serviços externos:	27.460.988,45	31.586.890,41
	Custos com o pessoal:	0,00	0,00
641+642	Remunerações	25.832.193,87	27.631.968,51
643 a 648	Encargos sociais	6.285.735,34	6.387.626,70
63	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	4.653.096,74	6.577.333,42
66	Amortizações do exercício	25.309.981,26	27.839.139,30
67	Provisões do exercício	15.788.178,11	30.549,79
65	Outros custos operacionais	180.922,78	406.862,15
		0,00	0,00
	(A)	106.252.885,23	101.354.205,97
68	Custos e perdas financeiros	1.673.242,73	1.723.533,69
		0,00	0,00
	(C)	107.926.127,96	103.077.739,66
69	Custos e perdas extraordinários	6.265.319,24	3.237.074,14
	(E)	114.191.447,20	106.314.813,80
	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00
	(G)	114.191.447,20	106.314.813,80
88	Resultado líquido do exercício	-13.640.617,67	-8.683.718,46
	(X)	100.550.829,53	97.631.095,34
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias	6.618,81	2.322,89
7112+7113	Venda de produtos	55.319,78	93.502,41
712	Prestações de serviços	9.635.231,59	8.807.377,97
72	Impostos e taxas	54.054.952,64	50.884.799,06
(a)	Variação da produção	0,00	-2.476,35
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	35.988,28	18.382,34
74	Transferências e subsídios obtidos	25.603.729,76	26.526.364,91
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	2.000.000,00	2.010.850,00
		0,00	0,00
	(B)	91.391.840,86	88.341.123,23
78	Proveitos e ganhos financeiros	603.755,52	749.705,50
	(D)	91.995.596,38	89.090.828,73
79	Proveitos e ganhos extraordinários	8.555.233,15	8.540.266,61
	(F)	100.550.829,53	97.631.095,34
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	-14.861.044,37	-13.013.082,74
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-1.069.487,21	-973.828,19
	Resultados Correntes: (D - C)	-15.930.531,58	-13.986.910,93
	Resultado Líquido de Exercício: (F - E)	-13.640.617,67	-8.683.718,46

4

Fluxos de Caixa Consolidados

Consolidação
de
Contas

112

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2012

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da Gerência anterior		7.295.097,51	Despesas Orçamentais		111.628.532,79
Execução Orçamental	3.210.936,14		Correntes	74.678.171,18	
Operações de Tesouraria ..	4.084.161,37		Capital	36.950.361,61	
Receitas Orçamentais		114.300.254,29	Operações de Tesouraria		6.426.586,17
Correntes	88.883.190,38		Saldo para a Gerência Seguinte		9.687.421,11
Capital	25.138.354,76		Execução Orçamental	5.882.657,64	
Outras	278.709,15		Operações de Tesouraria	3.804.763,47	
Operações de Tesouraria		6.147.188,27			
Total		127.742.540,07	Total		127.742.540,07

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de _____ de ___

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de ___

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
Período findo em 31 de Dezembro de 2012

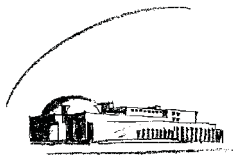
RUBRICAS	NOTAS	ANO N	ANO N-1
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método direto</u>			
Recebimentos de Clientes		5.781.383,59	11.318.281,15
Pagamento a Fornecedores		-36.515.634,96	-36.925.894,13
Pagamentos ao Pessoal		-30.973.152,35	-33.908.204,42
Caixa gerada pelas operações		-61.707.403,72	-59.515.817,40
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		-577,73	-18.289,35
Outros recebimentos / pagamentos		77.362.916,66	68.883.388,63
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		15.654.935,21	9.349.281,88
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas/ Bens Domínio Público		-24.498.237,18	-34.487.646,80
Imobilizações incorpóreas		-37.052,27	-194.723,20
Investimentos Financeiros			-23.125,00
Outros Activos			0,00
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas/ Bens Domínio Público		5.393,75	221.420,00
Imobilizações incorpóreas			0,00
Investimentos Financeiros			0,00
Outros Activos			0,00
Subsídios ao Investimento		13.908.430,06	19.005.596,41
Juros e Rendimentos similares			0,00
Dividendos			0,00
Fluxos de caixa das atividades investimento (2)		-10.621.465,64	-15.478.478,59
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento Obtidos		6.513.825,40	11.054.308,72
Realização de capital e o instrumentos de Capital Próprio			0,00
Cobertura de Prejuízos		0,00	0,00
Doações			0,00
Outras operações de financiamento		10.536,76	179.773,60
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		-8.174.201,04	-7.031.189,57
Juros e gastos similares		-964.012,57	-624.100,01
Dividendos		-16.294,52	0,00
Redução de Capital e o instrumentos de Capital Próprio			0,00
Outras operações de financiamento		-11.000,00	-59.407,39
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-2.641.145,97	3.519.385,35
Varição de caixa e seus equivalentes		2.392.323,60	-2.609.811,36
(4) = (1) + (2) + (3)			
Caixa e seus equivalentes no início do período		7.295.097,51	9.904.908,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9.687.421,11	7.295.097,51

5

Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Consolidação
de
Contas

112



INTRODUÇÃO

O Município de Matosinhos apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, relativas ao exercício de 2012, reportado a 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo municipal de municipal foram efectuadas segundo as normas previstas na Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, através da qual é aprovada a orientação n.º.1/2010, que estabelece um conjunto de princípios que devem estar subjacentes à consolidação de contas.

As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º1 do art.º46 da LFL, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.

1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º1 do art.º46 da Lei 2/2007 LFL – Lei das Finanças Locais, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:

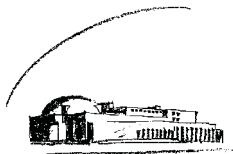
➤ *Entidade Mãe - Município de Matosinhos*

Sede Social - Avenida D. Afonso Henriques, 4454-502 Matosinhos

Actividade Principal - Actividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei 5-A/2002 e Lei 159/99, nomeadamente na área da segurança, protecção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, protecção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.

➤ *Empresa Municipal - Matosinhos Sport MS, EEM*

Sede Social - Rua Nova do Estádio 244, 4460-381 Senhora da Hora



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2012

Actividade Principal - Planeamento, administração, gestão e manutenção dos espaços e equipamentos desportivos municipais, bem como a promoção e realização de actividades de animação desportiva e de programas municipais de fomento desportivo.

Detida a 100% pelo município.

➤ *Empresa Municipal* - Matosinhos Habit MH, EEM

Sede Social – Rua Alfredo Cunha 99 1º, 4450-023 Matosinhos

Actividade Principal - Gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município. Promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade.

Detida a 100% pelo município.

1.2 Entidades Excluídas na Consolidação

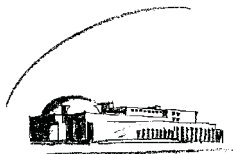
O município detém participação de capital noutras entidades, tendo sido excluídas, devido à não aplicabilidade do disposto no art.º 46º da LFL e da participação de capital ser inferior a 100%.

Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2012:

Categoria	N.º Trabalhadores		
	Município de Matosinhos	Matosinhos Sport MS, EEM	Matosinhos Habit MH, EEM
Administrador	-	1	-
Dirigente Superior	8	-	2
Dirigente Intermédio	43	5	6
Técnico Superior	248	19	21
Assistente Técnico	292	2	12
Assistente Operacional	912	128	6
Informática	16	-	-
Polícia Municipal	40	-	-
Outros	166	1	-
TOTAL	1.725	156	47

3. Informações de procedimentos de consolidação:

Para garantir uma homogeneização da informação das diversas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos para o POCAL, através de reclassificações e ajustamentos que se revelam necessários, os documentos de prestação de contas das entidades consolidadas, uma vez que dado que são concebidos em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2012

Tendo em consideração o perímetro de consolidação e à semelhança dos anos transactos aplicou-se ao processo de consolidação o método de consolidação integral. Este método consiste na integração no Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa de operações orçamentais da entidade consolidante com os elementos respectivos dos Balanços, Demonstração de Resultados e fluxos de Caixa de operações orçamentais das entidades consolidadas.

Entre a data do balanço das entidades consolidadas e o balanço consolidado ocorreu a decisão do Tribunal Constitucional (Acórdão 187/2013) relativo à inconstitucionalidade do art.º 29º da Lei n.º 66-B/2012 (LEO/2013) sobre a suspensão do pagamento do subsídio de férias ou equivalente. Esta medida tem impacto nas demonstrações financeiras já aprovadas das entidades consolidadas e consequentemente nas demonstrações financeiras consolidadas. Na entidade mãe foi efetuado o respectivo ajuste nas demonstrações financeiras, sendo que nas entidades consolidadas esse ajuste não foi possível, prevendo-se que esse seria na ordem dos 128 mil euros.

De referir que não foi efetuado qualquer ajuste nas demonstrações financeiras consolidadas.

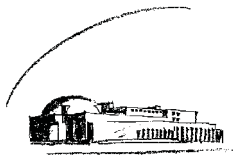
4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio longo prazo da seguinte forma:

Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
Empréstimo de médio longo prazo	40.951.574,74	798.436,67	138.075,51	41.888.086,92
TOTAL	40.951.574,74	798.436,67	138.075,51	41.888.086,92

Daqui a quatro anos o grupo municipal apresentará provisionalmente as seguintes dívidas a terceiros:

Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
Empréstimo de médio longo prazo	35.094.096,71€	0,00€	0,00€	35.094.096,71€
TOTAL	35.094.096,71€	0,00€	0,00€	35.094.096,71€



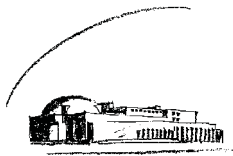
**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2012**

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os saldos e fluxos financeiros (n.º1 do art.º 46º da LFL) da entidade consolidante e consolidadas resultam no seguinte mapa, não se tendo verificado no exercício 2012 operações entre as entidades consolidadas.

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MS - Matosinhos Sport, EEM										
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final	
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)	
Transferências						- €					- €
Subsídios (Subsídios à Exploração)	459.600,00€	3.090.00,00€		3.549.600,00 €	- €	574.251,45€					574.251,45 €
Subsídios (Indemnizações Compensatórias)						36.846,91€					36.846,91 €
Subsídios (Investimentos e Obras)	411.949,24 €	1.080.000,00€		1.491.949,24 €	- €						- €
Cobertura de Prejuízos 2011		189.702,87€		189.702,87€	- €						- €
Empréstimos					- €						- €
Relações comerciais	161.525,00€	23.518,48€	161.525,00€		23.518,48€	279.270,45€	231,82€		189.934,69€		89.567,58 €
Participações do capital em numerário					- €						- €
Participações do capital em espécie					- €						- €
Outros					- €						- €
Total	1.033.074,24€	4.383.221,35€	161.525,00€	5.231.252,11€	23.518,48€	890.368,81€	231,82 €	- €	189.934,69 €		700.665,94€

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MH - Matosinhos Habit, EEM										
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos					
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final	
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)	
Transferências						- €					- €
Subsídios (OBRAS PROHABITA)	73.455,945€	1.368,11€		74.824,01€	0€						- €
Subsídios (OBRAS PROHABITA)		42.721,66 €		42.721,66 €	- €						- €
Subsídios (PROJETOS PROHABITA)	4.182,00€	59.271,95 €		4.182,00 €	59.271,95 €						- €
Subsídios (FISCALIZAÇÃO)	32.128,85€			22.676,30 €	9.452,55 €						- €
Subsídios (FOGOS DEVOLUTOS)		299.981,48 €		299.981,48 €	- €						- €
Subsídios (COBERTURAS CH)		99.870,69€		99.870,69€	- €						- €
Subsídios (REQUALIFICAÇÃO CH)		49.962,00€		49.962,00€	- €						- €
Subsídios (REQUALIFICAÇÃO URBANA ENCOSTA RIO)		159.900,00€		159.900,00€	- €						- €
Subsídios (PMAA)		810.000,00€		810.000,00€	- €		97.707,14€		97.707,14€		- €
Subsídios (CPCJ)		25.000,00 €			25.000,00 €						- €
Subsídios (RECRIA)		237.428,34€		237.428,34€	- €						- €
Subsídios (CASAS JUVENTUDE)		25.000,00 €			25.000,00 €						- €
Subsídios (PER)	25.314,00 €		25.314,00 €		- €						- €
Empréstimos					- €						- €
Relações comerciais						428,75€	1.295,55€				1.724,30 €
Participações do capital em numerário											- €
Participações do capital em espécie											- €
Outros (Correcção do Lucro Tributável)	130.513,38€			130.513,38€	- €						- €
Total	265.594,13€	1.810.504,23€	25.314,00€	1.932.059,86€	118.724,50€	428,75€	99.002,68€		97.707,14€		1.724,30€



6. Informações relativas a compromissos

No balanço consolidado figuram todos os compromissos assumidos pelo Município de Matosinhos para exercícios futuros, relativo às entidades consolidantes.

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

Os critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os definidos no ponto 4 do POCAL. Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público.

7.1 Imobilizações

Os bens de imobilizado do grupo municipal foram registados pelo custo de aquisição, deduzindo as respetivas depreciações e provisões. Nos casos em que não é conhecido o valor de aquisição, procede-se à devida avaliação, segundo os critérios adequados.

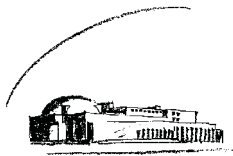
As despesas de reparação e manutenção sem grande relevo são consideradas como custo no ano que ocorrem.

As amortizações como definido no ponto 2.7.2. do POCAL foram efetuadas segundo o método das quotas constantes.

Investimentos Financeiros

Quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada (provisão).

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição. Excepto quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, podem ser objecto de redução, considerando o Método de Equivalência Patrimonial, aplicando a NCRF 13 «Interesses em empreendimentos conjuntos e Investimentos em associadas», publicada no Aviso n.º15655/2009, de 7 de Setembro.



7.2 Locação Financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

7.3 Existências

As existências são valorizadas ao custo médio ponderado (a seis casas decimais, diferindo portanto, em arredondamentos com os valores na aplicação de contabilidade que executa a duas casas decimais).

7.4 Provisões

As provisões são calculadas com base no princípio da prudência.

Durante o ano de 2012, dado existirem situações com risco associado, houve necessidade de reforçar as provisões, tanto ao nível dos riscos e encargos, como para cobranças duvidosas.

Como definido no ponto 2.7.1 do POCAL foram constituídas provisões sendo calculadas da seguinte forma:

- a) 50% dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% dívidas em mora há mais de 12 meses.

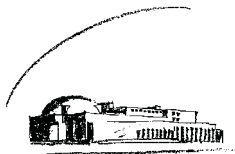
7.5 Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

7.6 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

8. Informações diversas



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2012**

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento».

As adições no ano de 2012 de despesas de instalação, de investigação e de desenvolvimento ascenderam a 11.070,00€, que corresponde aos seguintes movimentos:

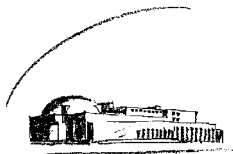
- Estudo Prévio (40%) – “Conclusão da Elaboração do Plano de Acordo com o novo RIIGT e na figura de Plano de Urbanização – 11.070,00 €.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2012, nas rubricas de imobilizado do grupo municipal, cingem-se aos seguintes mapas:

ATIVO BRUTO

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERENCIAS E ABATES	SALDO FINAL
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:					
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	4.130.490,63	856.125,48	0,00	-293.063,08	5.279.679,19
EDIFÍCIOS	2.896.153,77	0,00	0,00	-1.282,43	2.897.436,20
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	225.482.548,31	183.335,37	0,00	-3.403.867,02	229.069.750,70
BENS PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTIST. E CULTURAL	2.158.019,72	0,00	0,00	0,00	2.158.019,72
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.433.386,65	-1.404,62	0,00	0,00	1.431.982,03
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	15.731.827,73	5.801.624,70	0,00	5.669.049,73	15.864.402,70
ADIANT. POR CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	17.657,45			0,00	17.657,45
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	1.441.096,61	11.070,00	0,00	0,00	1.452.166,61
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	148.159,45	13.557,16	0,00	0,00	161.716,61
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	350.264,71	0,00	0,00	0,00	350.264,71
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	129.179.807,85	4.085.499,06	1.543,75	1.176.128,07	132.087.635,09
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	385.502.826,73	5.327.301,20	0,00	-8.976.030,22	399.806.158,15
EQUIPAMENTO BÁSICO	11.999.795,64	218.538,18	447,00	-82.780,24	12.300.667,06
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	4.548.730,39	6.320,10	0,00	0,00	4.555.050,49
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.554.803,46	2.576,39	0,00	0,00	1.557.379,85
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	7.273.835,71	702.590,22	0,00	2.973,83	7.973.452,10
TARAS E VASILHAME	569,24				569,24
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	9.901.209,11	164.840,81	126,34	-109.576,41	10.175.499,99
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	72.157.710,44	6.861.790,39	0,00	14.232.848,27	64.786.652,56
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOB. CORPÓREAS	70.373,64				70.373,64
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
PARTES CAPITAL	1.919.152,99	0,00	0,00	0,00	1.919.152,99
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO					
Total	877.898.420,23	24.233.764,44	2.117,09	8.214.400,50	893.915.667,08



AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

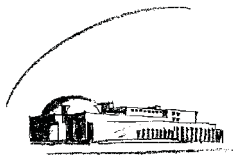
DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
<i>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:</i>				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS	107.449,14	36.233,38	16,44	143.698,96
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	141.507.198,50	12.728.744,92	902.215,18	155.138.158,60
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	101.286,73	25.354,90		126.641,63
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	305.845,61	33.508,00		339.353,61
<i>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</i>				
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	17.657,45	0,00	0,00	17.657,45
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO	1.176.648,98	265.165,13	0,00	1.441.814,11
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	23.816,57	32.311,52	-304,20	55.823,89
<i>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</i>				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	60.237.207,61	10.095.955,16	208.425,87	70.541.588,64
EQUIPAMENTO BÁSICO	9.314.783,34	720.670,41	55.987,41	10.091.441,16
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	4.202.911,94	100.909,78	-95,95	4.303.725,77
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.542.551,31	5.825,77	0,00	1.548.377,08
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	6.742.385,58	512.881,92	-20.752,56	7.234.514,94
TARAS E VASILHAME	533,60	17,82	0,00	551,42
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	4.058.398,35	752.402,55	55.593,85	4.866.394,75
<i>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</i>				
PARTES DE CAPITAL	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	229.938.674,71	25.309.981,26	1.201.086,04	256.449.742,01

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar immobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável

d) Montante dos ajustamentos de valor dos activos abrangidos na consolidação que tenham sido objecto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não aplicável



e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado.

Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado.

Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respectiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

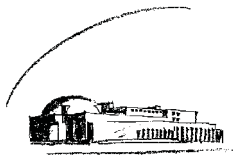
O Município tem garantias prestadas a fornecedores no valor de 300,00€, distribuído pelos fornecedores Manuel Mota, Freitas & Teixeira no valor de 60€, proveniente da aquisição de caloríferos catalíticos e EDP Gás relativamente ao Tanatório de Matosinhos no montante de 240€.

A Matosinhos Sport prestou garantia à Direcção de Finanças do Porto – Serviço de Finanças de Matosinhos 1, no âmbito de processo de execução fiscal, no montante de 1.881.556,16€.

A Matosinhos Habit em 31/12/2012 tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, de acordo com a seguinte informação:

<i>Banco</i>	<i>Beneficiário</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
CGD	DGCI	IRC 2003	181.059,48 €
CGD	DGCI	IRC 2004	159.942,44 €
CGD	DGCI	IRC 2005	233.146,30 €
CGD	DGCI	IVA 2002 A 2006	414.303,71 €

A garantia do IVA foi cancelada já em Janeiro de 2013, prevendo-se que do processo não ocorram encargos adicionais para a empresa.



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2012**

i) Diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de actividades.

Designação	Município Matosinhos	Matosinhos Habit MH, EEM	Matosinhos Sport MS, EEM	Correcções/Anulações Consolidação	Total Consolidado
Vendas	61.938,59€				61.938,59€
Prestações de Serviços	4.750.906,21€	2.543.424,44€	2.362.157,56€	- 21.256,62€	9.635.231,59€

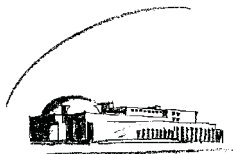
k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efectuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2012**

Entidade	Remunerações	
	Órgão Executivo	Órgão Fiscalização
Município de Matosinhos	183.427,79	16.743,43€
Matosinhos Habit MH, EEM	46.738,18€	4.920,00€
Matosinhos Sport MS, EEM	42.748,84€	11.000,00€
Total	272.914,81€	32.663,43€

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento de inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não aplicável.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

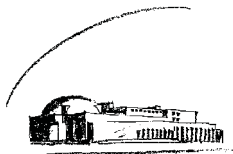
Não aplicável.

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujo conteúdo não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não aplicável.

q) Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada:

Código das Contas	Custos e Perdas	2012	2011	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2012	2011
681	Juros suportados	1.667.789,23€	1.715.584,11€	781	Juros obtidos	254.984,25€	302.565,38€
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amort. de investim em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões p/ aplicações financeiras			784	Rendim. de particip. de capital	6.359,62€	46.456,49€
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplic. tesour.			786	Descontos pronto pagam. obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	5.453,50€	7.949,58€	787	Ganhos na alienação aplic. tesour.		
	<i>Resultados financeiros</i>	<i>-1.069.487,21€</i>	<i>-973.828,19€</i>	788	Outros prov. e ganhos financeiros	342.411,65€	400.683,63€
	TOTAL	603.755,52€	749.705,50€		TOTAL	603.755,52€	749.705,50€



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2012**

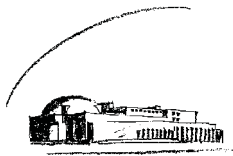
r) Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada:

Código das Contas	Custos e Perdas	2012	2011	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2012	2011
691	Transf. Capital Concedidas	4.065.340,03€	2.396.289,39€	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	37.619,09€	44.364,35€	793	Ganhos em existências	2.495,97€	62.753,39€
694	Perdas em imobilizações	1.277.379,36€	39.118,78€	794	Ganhos em imobilizações	2.650,00€	197.815,49€
695	Multas e penalidades	7.830,73€	373,50€	795	Benefícios de penalid. contratuais	488.246,84€	434.619,48€
696	Aumentos de Amort. e provisões			796	Redução de Amortiz. e provisões		1.018.715,25€
697	Correcções relativas a ex. anteriores	333.508,80€	243.029,68€	797	Correcções relativas ex. anteriores	2.020.674,53€	707.645,77€
698	Outros custos/perdas extraordinários	543.641,23€	513.898,44€	798	Outros prov./ ganhos extraordinár.	6.041.165,81€	6.118.717,23€
	<i>Result. Extraordinários</i>	<i>2.289.913,91€</i>	<i>5.303.192,47€</i>				
	TOTAL	8.555.233,15€	8.540.266,61€		TOTAL	8.555.233,15€	8.540.266,61€

s) Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0€	0€	0€	0€
291	Provisões para cobranças duvidosas	19.577.044,12€	2.061.439,27€	0€	21.638.483,39€
292	Provisões para riscos e encargos	0€	13.395.042,96€	0€	9.399.020,07€
39	Provisões para depreciações de existências	0€	0€	0€	0€
49	Provisões para investimentos financeiros	600.000,00 ⁽¹⁾	0€	0€	600.000,00

⁽¹⁾ Valor relativo à participação financeira no LEIXÕES SPORT CLUB - FUTEBOL, S.A.D., do Município.



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2012**

t) Bens utilizados em regime de Locação Financeira:

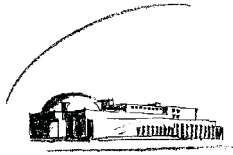
Entidade	Descrição	Locador	Contrato N.º	Data Contrato	Valor Contabilístico (V. Líquido)
MUNICIPIO DE MATOSINHOS	TRACTOR AGRÍCOLA JONH DEERE 6620 CABINA 4 RM [91-CQ-67]	CAIXA LEASING & FACTORING, S.A.	327952	11-04-2007	26.910,15 €
	VIATURA SCANIA P270 CB 4X2 MNZ CP 114 [00-EF-65]	CAIXA LEASING & FACTORING, S.A.	332814	28-09-2007	45.119,22 €
MH - MATOSINHOS HABIT,EEM	Coberturas Autoportantes	Santander Totta Leasing	196501	02-05-2011	163.684,11 €
	Automóvel	BPI Leasing	2010004040	05-05-2010	25.809,81 €
MS - MATOSINHOS SPORT,EEM	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	192096	15-11-2010	149.261,03 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	193559	15-11-2010	97.916,67 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	193558	01-01-2011	133.577,12 €
	Obras em Imóveis Alheios	Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	100045202	10-01-2011	132.120,80 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	193560	15-02-2011	145.095,83 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	194701	15-02-2011	122.033,68 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	195941	15-02-2011	140.748,21 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	195945	15-02-2011	150.441,10 €
	Obras em Imóveis Alheios	Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	100045203	01-03-2011	39.534,02 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	195758	15-03-2011	135.312,97 €
	Aquisição Equipamento Básico	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito,S.A.	195939	15-04-2011	5.432,81 €
	Obras em Imóveis Alheios	Banco Santander Totta,S.A.	193557	15-09-2011	164.665,23 €
	TOTAL				

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

Não aplicável.

9. Informações diversas

Das entidades que pertencem ao Grupo Câmara Municipal de Matosinhos, apenas a entidade-mãe utiliza o POCAL, sendo que as restantes entidades prepararam as demonstrações financeiras no quadro do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, de acordo com a Estrutura Conceptual, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, consignadas, respectivamente, nos Avisos n.º 15652/2009, n.º 15655/2009 e n.º 15653/2009, de 27 de Agosto, publicados em 7 de Setembro, estando de acordo com a modelização e codificação aprovadas pelas Portarias n.º 986/2009, de 7 de Setembro e n.º 1011/2009, de 9 de Setembro.



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2012**

Por esse motivo, para efeitos das demonstrações financeiras consolidadas procedeu-se à reclassificação das contas de SNC para POCAL.

À semelhança do ano transacto foi elaborada também a demonstração de fluxos de caixa pelo método direto de SNC. De referir que não foi possível conciliar os pagamentos/recebimentos entre as entidades do grupo municipal, em virtude do registo temporal dos mesmos.

6

Certificação Legal das Contas

Consolidação
de
Contas

112

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

Aos Senhores Membros da Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Matosinhos

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Câmara Municipal de Matosinhos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os quais são da responsabilidade do Órgão Executivo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Município, bem como das principais entidades englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Órgão Executivo e dos diversos serviços e das entidades englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2012, a Demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo. Adicionalmente, analisámos o Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2012 preparado pelo Órgão Executivo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que não contem reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Reunião da Assembleia Municipal.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão Executivo e aos serviços do Município e das entidades participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 16 de abril de 2013

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Gerales (ROC n.º1127)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Município da Matosinhos, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 689.379.884 Euros e fundos próprios de 459.727.129 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 13.640.618 Euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Município de Matosinhos e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2012, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o Sector das Autarquias Locais.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Ênfase

9. Na elaboração do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados, e tal como aconteceu nos exercícios anteriores, o Município de Matosinhos acolheu a sugestão do modelo de estrutura de anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados constante das instruções emanadas pelo SATAPOCAL.

Porto, 16 de abril de 2013

Horwath & Associados, SROC, Lda
Representada por Carla Manuela Serra Geraldes (ROC 1127)